

SOFTWARE LIVRE NO SETOR PÚBLICO

Ana Clara Jardim
Giselle Lobato
Jonas Magalhães
Washington Junior

Resumo

O tema escolhido pelo grupo é “*Software Livre no Setor Público*”. Buscaremos no artigo, demonstrar alguns exemplos de *softwares* livres que são utilizados no cenário público, suas funções, tão como os benefícios da utilização destes.

Palavras-chave

Software Livre - setor público - governo brasileiro – usuários.

1. Introdução

Este tema foi escolhido por corresponder a esfera que seus colaboradores pretendem atuar, a esfera pública. Esperamos assim, contribuir para o esclarecimento de dúvidas e ampliar o conhecimento dos leitores em relação ao uso dos *softwares* livres no ambiente público brasileiro.

2. Software livre e software público

Software livre é diferente de **software em domínio público**. O primeiro, quando utilizado em combinação com licenças típicas (como as licenças GPL e BSD), garante a autoria do desenvolvedor ou organização. O segundo caso acontece quando se passam os anos previstos nas leis de cada país de proteção dos direitos do autor e este se torna bem comum. Ainda assim, um *software* em domínio público pode ser considerado como um *software* livre, desde que atenda aos quatro tipos de liberdade para os usuários do *software* definidas pela *Free Software Foundation*, que são:

- A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito;
- A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades - acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo;
- A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie - acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

2.1. O Brasil na esfera dos *softwares* livre

É natural pensar que o desenvolvimento de meios cada vez mais eficientes de transmissão, processamento e armazenamento de dados não vai se restringir à esfera privada da utilização, mas deve se expandir o máximo possível, alcançando um importantíssimo pilar da organização social, o aparelho estatal. A ele cabe fiscalizar, comunicar, organizar e sancionar sem excluir parte da população de suas atividades, mas sem a adaptação tecnológica sua função se torna impraticável.

Durante muitos anos, a comunidade brasileira de *Software* Livre cobrou que o Governo Federal compartilhasse, com todos, a sua inteligência na área de desenvolvimento e deixasse de ser apenas um mero usuário das soluções informatizadas.

A mérito de enfatizar o sentido do *Software* livre na esfera pública, devemos lembrar que seu uso é uma opção estratégica do Governo Federal para reduzir custos, ampliar a concorrência, gerar empregos e desenvolver o conhecimento e a inteligência do país na área. Em suas diversas esferas de atuação, o Estado é favorável à utilização destes sistemas. Em muitas prefeituras, grandes corporações estatais - como a PETROBRAS e a DATASUS - o uso de "SLs" vem aumentando significativamente. E não é à-toa, ou por acaso. Um grande e considerável número de benefícios podem ser listados ao se implementar esses sistemas informatizados, tais como:

- Economia de custos a médio e longo prazo com *software* fechado;
- Maiores segurança, estabilidade e disponibilidade, proporcionadas pelo SL;
- Eliminação de mudanças compulsórias que os modelos fechados impõem, periodicamente, aos seus usuários, em virtude da descontinuidade de suporte a versões;
- Independência tecnológica;
- Desenvolvimento de conhecimento local;
- Possibilidade de auditabilidade dos sistemas;
- Independência de um único fornecedor.

Em 2008, apenas, o Governo Federal economizou em torno de R\$ 380 milhões com a utilização de *software* livre. Notamos assim, que o uso de *Softwares* Livres no Setor Público é de grande valia. Os recursos economizados podem ser investidos no desenvolvimento da indústria tecnológica nacional, assim, o país passa de mero consumidor de tecnologias de informação e comunicação à produtor, recebendo uma posição de maior destaque e melhorando seus deveres para com todos.

2.2. O avanço no uso dos softwares públicos no Brasil

Com o Portal do *Software* Público (www.softwarepublico.gov.br), o setor público tornou-se protagonista no desenvolvimento de soluções e na liderança das comunidades de prática nessa área. A iniciativa, pioneira no mundo, foi lançada em abril de 2007 durante o Fórum Internacional de *Software* Livre, inaugurando nova etapa para a expansão do software livre no Brasil.

Nesse ambiente, são compartilhadas soluções que podem ser úteis aos diferentes órgãos públicos e também à sociedade. Fortalece assim, a caracterização do Estado Brasileiro como democracia participativa, uma vez que, esta constitui-se em um regime no qual existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil sob a administração pública, não reduzindo o papel democrático apenas ao voto.

Com a assinatura do memorando de entendimento, os ministérios do Planejamento, de Ciências e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a UFMG, a ASSESPRO (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, *Software* e Internet), a SUCESU (Associação de Usuários de Informática e Telecomunicações) e a FENAINFO (Federação Nacional das Empresas de Serviços Técnicos de Informática e Similares) comprometem-se a apoiar o desenvolvimento do *software* público e do Portal do *Software* Público Brasileiro, um site patrocinado pelo governo federal. Essas entidades passam, ainda, a integrar a rede latino-americana. O documento estabelece o modelo legal, define o conceito do *software* público e como ele deve funcionar.

2.3. Conhecendo um pouco mais do Portal SPB

Atualmente, o portal abriga 44 *softwares* públicos, como o Coletor Automático de Informações Computacionais (Cacic) que verifica diversas informações sobre *hardware* e *software* nos computadores, o Ginga (espécie de mediador de soluções para TV Digital Brasileira), além de sistemas de gestão para municípios e programas na área da saúde, educação, meio ambiente e gerenciamento de contratos. Já foram feitas até agora mais de mil instalações desses softwares. O *software* público, no Brasil, é geralmente patrocinado pelo governo federal com o objetivo de oferecer gratuitamente ferramentas eletrônicas tanto para administrações públicas quanto para serviços privados oferecidos para um grande número de pessoas.

O cadastro já contabiliza mais de 100 mil usuários, entre os que utilizam o serviço e colaboradores que realizam modificações nas aplicações. De acordo com a SLTI, o portal tem sido uma grande ferramenta até para instituições de outros países, como Argentina, Portugal, Chile e Paraguai.

2.4. Resultados da pesquisa sobre as implicações sociais, econômicas e políticas do uso do software público no país, realizada pela Universidade de Brasília (UnB).

Abaixo algumas perguntas e suas estatísticas:

Qual(is) o(s) motivo(s) de você ter se cadastrado no Portal ?

	Respostas		Percentual por Resposta
	N	Percentual	
pessoal	595	17,7%	53,5%
profissional	904	26,9%	81,3%
pesquisa	359	10,7%	32,3%
prestador	249	7,4%	22,4%
curiosidade	266	7,9%	23,9%
necessidade	516	15,4%	46,4%
indicacao	103	3,1%	9,3%
participar	314	9,3%	28,2%
outros	54	1,6%	4,9%
Total	3.360	100,0%	302,2%

Você indicaria o Portal para Outra Pessoa?

		Frequência	Percentual Residual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Respostas	Indiferente	38	3,4	3,4	3,4
Válidas	Não	12	1,1	1,1	4,4
	Sim	1.079	95,5	95,6	100,0
	Total	1.129	99,9	100,0	
Sem resposta		1	0,1		
Total		1.130	100,0		

Qual a principal motivação para você participar do Portal ?

	Respostas		Percentual por Resposta
	N	Percentual	
apoiar	881	25,9%	78,9%
obter	665	19,5%	59,6%
ampliar	282	8,3%	25,3%
gerar	205	6,0%	18,4%
trocar	643	18,9%	57,6%
dividir	337	9,9%	30,2%
disponibilizar	220	6,5%	19,7%
ofertar	128	3,8%	11,5%
outras	46	1,4%	4,1%
Total	3.407	100,0%	305,3%

3. Conclusões

Com tantas vantagens, o que justifica então que venha sendo, ainda, lenta e difícil a transição do *software* tradicionalmente utilizado para o *software* livre na esfera pública? Pode-se dizer que da mesma forma que muitos indivíduos desconhecem a existência dos *softwares* livres, também órgãos públicos desconhecem ou ignoram as medidas do governo federal para a implantação dos mesmos. Além disso, muitos conhecem mas se mantêm contrários à medida do governo, muitos funcionários rejeitam o sistema por ser algo fora do usual, diferente do que utilizam em suas casas, por exemplo. Ou seja, isso deve ser frisado: “juntamente com a adoção do novo sistema precisaria ser adotada uma nova equipe de T.I., qualificada para o mesmo”.

4. Referências Bibliográficas

-Luiz Queiroz. **TCU: Governo ainda conta com a sorte em sistemas críticos**. Disponível em: <<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=26453&sid=16>>. Acesso em: 01 de junho de 2011.

- Portal GOV.BR. **Conheça o GOV.BR**. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>>. Acesso em: 03 de junho de 2011.

- Portal Software Livre. **Casos de sucesso**. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.gov.br/casos>>. Acesso em 02 de junho de 2011.

- Portal SPB.O que é o SPB. Disponível em: <http://www.softwarepublico.gov.br/O_que_e_o_SPB>. Acesso em : 02 de junho de 2011.

-Portal SPB. **Resultados da pesquisa**. Disponível em: <http://www.softwarepublico.gov.br/result_pesquisa>. Acesso em:02 de junho de 2011.

- Wikipédia. **Software Livre e Software em Domínio Público**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Software_livre>. Acesso em: 03 de junho de 2011.